



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

RESOLUÇÃO Nº 22.527

CONSULTA Nº 1.401 - CLASSE 5ª - DISTRITO FEDERAL (Brasília)

Relator: Ministro Caputo Bastos.

Consulente: Celso Russomanno, deputado federal

Consulta. Prefeito reeleito. Pretensão. Candidatura. Irmão. Período subsequente. Mesma jurisdição. Terceiro mandato. Possibilidade. Vedação. Art. 14, §§ 5º e 7º, da Constituição Federal.

1. É vedado, ao irmão do chefe do Executivo no exercício de segundo mandato, concorrer, no período subsequente e na mesma jurisdição, ao cargo ocupado por seu parente, ante a possibilidade de vir a se concretizar um terceiro mandato consecutivo (art. 14, §§ 5º e 7º, da CF).

Consulta a que se responde negativamente.

Resolvem os ministros do Tribunal Superior Eleitoral, por maioria, vencido o Presidente, responder negativamente à consulta, nos termos do voto o relator.

Brasília, 3 de abril de 2007.

MARCO AURÉLIO - PRESIDENTE

CAPUTO BASTOS - RELATOR

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO CAPUTO BASTOS: Sr. Presidente, Celso Russomanno, deputado federal PELO Partido Popular Liberal (PP/SP), formula consulta a esta Corte, nos seguintes termos (fl. 2):

"(...)

A e B são irmão sendo que A é Vereador e B Prefeito de um Município. B foi eleito e reeleito, encontrando-se em pleno exercício de seu mandato. Indaga-se:

1. Pode A, irmão de B, concorrer ao cargo de Prefeito no próximo pleito?
2. Se afirmativa a resposta do item 1, B deverá se desincompatibilizar de seu cargo 6 (seis) meses antes das eleições para que A possa concorrer?"

A douta Assessoria Especial da Presidência (ASESP) se manifestou às fls. 5-9.

É o relatório.

VOTO

O SENHOR MINISTRO CAPUTO BASTOS (relator): Sr. Presidente, colho do pronunciamento da ASEP, os seguintes trechos (fls. 6-9):

"(...)

Quanto ao mérito, em se tratando de parentesco, estabelece o art. 14 da Constituição Federal, em seus §§ 5º e 7º:

'Art. 14 (...) § 5º O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente.

§ 7º São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consangüíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição'.

O tema reeleição, para um único período subsequente, já se acha por demais pacificado nesta Corte, não restando qualquer dúvida quanto à impossibilidade de se exercer mandato eletivo, na esfera executiva, por três períodos contínuos.

Reeleito prefeito, ele não pode mais concorrer ao mesmo cargo, o que, por si só, afasta a pretensão de lançar seu irmão (A) à candidatura de uma prefeitura no mesmo município do seu, isto porque ele (B) é detentor de um segundo mandato de prefeito.

Trazemos, em destaque, ementas de julgados que consagraram a jurisprudência adotada pelo TSE, in verbis:

'CONSULTA. FILHA DE PREFEITO REELEITO. DEPUTADA ESTADUAL. CANDIDATURA AO MESMO CARGO DO PM NAQUELA JURISDIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. Inadmissível à filha, deputada estadual, reeleita, concorrer ao cargo de prefeito municipal na jurisdição em que o pai é prefeito reeleito'.

(Resolução nº 21.322, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, DJ de 17.12.2002)

'Elegibilidade. Irmão de prefeito reeleito. Presidente da Câmara Municipal. Sucessor/substituto de titular do Executivo Municipal. Cargo de prefeito. Período subsequente.

Se o chefe do Poder Executivo já se encontra no exercício do segundo mandato, fica vedada sua elegibilidade para o mesmo cargo no pleito seguinte, estendendo-se esta vedação também a seus parentes (CF, art. 14, §§ 5º e 7º).

Respondida negativamente.

(Resolução no 21.557, rel. Min. Luiz Carlos Madeira, DJ de 28.11.2003)

Destaco ainda trecho do voto da Consulta nº 14.203/94, rel. Min. Torquato Jardim:

'(...)

§ 7º, art. 14, da Constituição, cuida exclusivamente das relações de parentesco, e tem por fim afastar do pleito eleitoral os danos que estes laços familiares podem causar à normalidade e à legitimidade das eleições, valores fundamentais tutelados pela própria Constituição 'contra a influência do poder econômico ou

*o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta'. (art. 14, § 9º).
(...)”*

Nesse passo, levamos à consideração de V. Exa., com base na jurisprudência da Corte, a sugestão de conhecer da consulta, por preencher os requisitos do inciso Xli do artigo 23 do Código Eleitoral, ao tempo em que pugnamos seja a mesma respondida negativamente, por considerar como impossível à candidatura de irmão de prefeito, reeleito, no mesmo município, a idêntico cargo, no período subsequente em que seu irmão exerceu a titularidade da chefia do Executivo.

(...)”.

Conforme apontado no referido parecer, é uniforme a jurisprudência deste Tribunal Superior no sentido da vedação do exercício de um terceiro mandato consecutivo pela mesma pessoa ou membro do grupo familiar.

Dai porque, é vedado ao irmão do chefe do Executivo no exercício de segundo mandato concorrer, no período subsequente e na mesma jurisdição, ao cargo então ocupado por seu parente.

Observo que a questão posta no questionamento formulado pelo consulente já foi objeto de minucioso exame por esta Corte por ocasião do julgamento da Consulta nº 1.201, relator designado Ministro Gerardo Grossi, em que fiquei vencido juntamente com os Ministros Marco Aurélio e Cesar Rocha. Transcrevo a ementa da Res-TSE nº 22.170/2006, que se originou dessa consulta:

“Eleições 2006. Consulta em três itens, assim formulados:

a) 'Pode o eleitor votar em candidato a cargo do executivo - candidato este que já é titular de mandato eletivo parlamentar - cujo parente em segundo grau, na mesma jurisdição, foi o chefe no exercício de mandato já fruto de reeleição, mas devidamente desincompatibilizado na forma do § 6º, do art. 14, da CF de 1988?';

b) [...] detentor de mandato eletivo parlamentar é elegível ao cargo do executivo, cujo parente em segundo grau, na mesma jurisdição, foi o chefe em mandato já fruto de reeleição, mas do qual se desincompatibilizou na forma do § 7º, do art. 14, da CF de 1988?';

c) Pode o eleitor votar em candidato a Deputado Federal que seja detentor do mandato de Deputado Estadual, cujo parente colateral por afinidade em segundo grau, na mesma jurisdição, seja Vice-Governador reeleito mas que venha a assumir o mandato de Governador em razão de desincompatibilização do titular para disputar as eleições de 2006?.

Resposta negativa aos três itens".

Com essas considerações e com a ressalva do meu ponto de vista, respondo negativamente aos questionamentos formulados pelo consulente.

VOTO

O SENHOR MINISTRO MARCELO RIBEIRO: Senhor Presidente, o que ficou definido na Consulta nº 1.201?

O SENHOR MINISTRO CAPUTO BASTOS (relator): Que não pode, mesmo aquele que esteja no exercício de mandato parlamentar, concorrer a prefeito.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (Presidente): Seria a governador.

O SENHOR MINISTRO MARCELO RIBEIRO: Agora é prefeito.

O SENHOR MINISTRO CAPUTO BASTOS (relator): Estaria excepcionado por aquela frase final do § 7º do artigo 14 da Constituição Federal.

O SENHOR MINISTRO MARCELO RIBEIRO: O Tribunal decidiu que não poderia? Estou de acordo com a decisão do Tribunal, acompanhando os votos vencedores.

VOTO (vencido)

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (Presidente): Entendo que toda e qualquer inelegibilidade está prevista em preceito de direito estrito. E desde que haja pelo titular, embora no segundo mandato, a desincompatibilização, prevista no artigo 14, § 7º, da Constituição Federal, é possível ao parente concorrer, sob pena de o parentesco passar a ser algo supernegativo, levando à confusão no tocante a pessoas naturais. A despersonalização não chega a esse ponto além de pressupor fraude.

VOTO

O SENHOR MINISTRO JOSÉ DELGADO: Senhor Presidente, acompanho o relator, com ressalva.

Cta nº 1.401/DF. Relator: Ministro Caputo Bastos. Consulente: Celso Russomanno, deputado federal.

Decisão: O Tribunal, por maioria, respondeu negativamente à consulta, com a ressalva do relator. Vencido o Ministro Marco Aurélio (Presidente).

Presidência do Exmo. Sr. Ministro Marco Aurélio. Presentes os Srs. Ministros Carlos Ayres Britto, José Delgado, Carlos Alberto Menezes Direito, Caputo Bastos, Marcelo Ribeiro e o Dr. Antonio Fernando de Souza, procurador-geral eleitoral.

SESSÃO DE 3.4.2007

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico a publicação desta resolução no Diário da Justiça de 03 /05/07* fls. 214.

Eu, _____, lavrei a presente certidão.